

# REVISTA

N.º 1 - Junho / 7

TÉCNICA DO

# TRABALHO

DIREITO · ECONOMIA · MEDICINA · PREVIDÊNCIA · SEGURANÇA



# Salários, Contratação colectiva e inflação

## 1. PREMÊNCIA DA ANÁLISE DO PROBLEMA

1.1 — As políticas de rendimentos e preços assumem uma crescente relevância nas economias de mercado, em consequência da agudeza da inflação como elemento impulsionador de estrangulamentos de rentabilidade em diversos sectores e de descontentamento popular.

Em 1971 os organismos da OCDE manifestavam-se

«firmemente convencidos da oportunidade e da possibilidade prática de executar de forma durável diferentes formas de política de preços e rendimentos» (OCDE, *Les Politiques Actuelles de Lutte Contre l'Inflation*)

e desde então tais convicções foram praticadas e reforçadas.

A contenção dos aumentos salariais surge como o objectivo maior, o que acarreta uma crescente intervenção estatal no mercado da força de trabalho por diversas vias: celebrações de pactos sociais entre organizações sindicais, associações patronais e Governo; fixação de limites máximos e períodos de variação salarial, associação desta com índices macro-económicos em que, de uma forma mais ou menos ponderada, a produtividade tem grande importância, enfim, ruptura com os equilíbrios actuais do mercado

«adopção de medidas fortemente selectivas aplicáveis a domínios limitados e destinadas a restringir o exercício de um poder de monopólio, nas suas diversas formas, tanto no mercado de trabalho como nos mercados dos produtos.» (OCDE ob. cit.).

conducente, mesmo, a outro tipo de intervenções oficiosas sobre a organização sindical.

Se é certo que tais actuações são balizadas pela «democracia ocidental», não deixam de se manifestar com uma força preocupante em alguns sectores da vida internacional, as posições ditas de «liberais»:

«enquanto parece não ter havido uma tendência ascendente na importância dos monopólios empresariais no último meio século, certamente que a houve na importância do monopólio sindical... A necessidade primeira e mais urgente na área da política governamental é a eliminação daquelas medidas que apoiam directamente o monopólio empresarial ou sindical e um reforço da apli-

cação das leis relativas às empresas e aos sindicatos. Ambos devem ser sujeitos às leis anti-trust...» (Milton Friedman, Capitalism and Freedom).

1.2—A negociação colectiva é fortemente influenciada na forma e conteúdo, pelas políticas de rendimentos e preços:

«tudo leva a crer que, nos países industrializados de economia de mercado, a negociação colectiva como nós a conhecemos hoje, seja posta em causa pela inflação e pelos programas de luta contra esta... «É a primeira vez que a situação económica — por outras palavras, a inflação, a recessão e o desemprego — age profundamente sobre tudo o que constitui o próprio quadro da negociação colectiva» (Efrén Cordova — La Négociation Collective Dans Les Pays Industrialisés).

sendo de salientar as seguintes linhas de força de evolução:

- passagem do bi-partidarismo ao tri-partidarismo (com inclusão do Governo) e ao multi-partidarismo (extensão a «novos grupos de interlocutores interessados»);
- Condicionamento das negociações específicas ao funcionamento e decisões de organismos do teor dos conselhos de salários e preços.
- Subordinação da liberdade de contratação das partes ao estipulado na política anti-inflacionista.

Se é certo que tem havido resistências a esta nova situação, quer pelas associações sindicais, quer pelas associações patronais, o novo quadro das negociações colectivas tem-se imposto em múltiplos países, grandes e pequenos, embora as razões da existência de inflação possa ser diferente em cada um deles. É o resultado das economias de mercado terem sofrido de 1974 até aos nossos dias a mais profunda e duradoura crise e recessão desde a 2.ª Grande Guerra acompanhada de enormes taxas de aumentos de preços, mas também reflecte **uma nova estratégia governamental de desvio de contradições estruturais e de «resolução» temporária da crise sob o pretexto da inflação.**

Por outras palavras, a inflação como aumento generalizado, crónico e a ritmos diferenciados das sub-estruturas de preços é um problema económico-social real, mas também é um instrumento ideológico, véu encobridor dos reais objectivos da política económica.

São os próprios relatórios da OCDE a subentendê-lo ao referir eclécticamente a diversificação das situações concretas dos países, nomeadamente entre grandes e pequenos países, e ao reconhecer que tais actuações bloqueiam temporariamente o funcionamento das leis objectivas da economia, mas que estas acabam por se impôr:

«mas é inegável que se coloca o problema de saber como controlar o regresso a um regime mais normal, impedindo a explosão de rei-

vindicações acumuladas em matéria de salários e de preços» (OCDE Ob. Cit.).

1.3—A aceleração do ritmo inflacionista na década de «70» no nosso país (a maior taxa de aumento de preços implícito no PNBpm na década de «60» situa-se em 1969 com 6,04%; em 1972 atinge 7,28% e em 1973 9,51% aumentando nos anos seguintes) constitui a base objectiva fundamental para o accionamento de uma política anti-inflacionista e o ano de 1972 marca o início incipiente duma política mais articulada nesta matéria. Contudo, só após o desbloqueamento salarial com a liquidação da organização sindical corporativa e com o restabelecimento das liberdades sindical e de greve, acarretando a referida «explosão das reivindicações acumuladas» criaram-se condições objectivas para uma mais completa política de rendimentos e preços anti-inflacionista.

É certo que a atenuação da inflação durante 1975 (ver ponto 3.3) conculmitante com medidas governamentais extravasadoras dos canones normais de precaução anti-inflacionista (salário mínimo nacional, subsídio de desemprego, elevação dos salários reais dos trabalhadores) atenuou a manifestação das condições objectivas — as subjectivas também não eram favoráveis — mas tal política já se começava a desenhar no «Programa de Política Económica e Social»:

«promoção de uma política de evolução ordenada dos rendimentos... nomeadamente no que respeita à subida de salários e lucros».

«no momento actual, em que, por um lado, a situação depressiva da economia atinge os lucros e as perspectivas de investimento e em que, por outro lado, a inflação carece de ser controlada, o incremento excessivo de salários e de lucros distribuídos pode agravar ambos os problemas».

Não nos preocupando com uma análise histórica global, temos de salientar os seguintes diplomas legais influenciadores da negociação colectiva:

a) Resolução do Conselho de Ministros de 5.3.76 que cria o Conselho Nacional de Política de Rendimentos e Preços;

b) Decreto-Lei 217/74, Decreto-Lei 292/75 e Decreto-Lei 113/78 que fixam o salário mínimo nacional e que complementarmente, congelam os salários a partir de certos limites ou estabelecem salário máximo;

c) Decreto-Lei 49-A/77, Decreto-Lei 121/78 e Decreto-Lei 34/79 estabelecendo «plafonds» às variações de massa salarial.

Curiosamente, o documento referido em a) para além de salientar a importância da resolução da crise, destaca implícita e explicitamente a problemática inflacionista, embora por caminhos **diferentes**.

«proporcionar condições de funcionamento normal do sistema produtivo, pela compatibilização entre custos de produção e níveis de preços dos produtos...»

«impedir que se continue a fazer distribuir sob a forma de salários uma massa monetária sem contrapartida na produção real, o que só poderá significar caminho aberto à inflação...»

assim acontecendo com os discursos políticos que antecederam os documentos das alíneas a) e c), os quais mereceriam um adequado estudo linguístico:

«...combater o desemprego pelo aumento da produção e dos postos de trabalho; controlar a subida de preços.

Esta política tem que ser global e coerente...

... no que respeita à política de rendimentos e preços importa restabelecer minimamente os equilíbrios financeiros aceitando a revisão dos preços de modo a reflectirem o agravamento dos custos. Mas a preocupação do Governo não permite que tal revisão possa levar a uma inflação descontrolada, que seria extremamente gravosa para as classes trabalhadoras e comprometeria, de facto, os aumentos de salários. Nesse sentido, o Governo estabelecerá uma disciplina normativa nos aumentos de forma a garantir, nos próximos 12 meses os preços dos bens essenciais — do que chamamos o cabaz de compras da dona de casa — de acordo com regras que o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, a criar imediatamente, definirá.

«a inflação que este ano já excede os 15% registados no ano passado, tem sido, até agora, controlada e é relativamente moderada em comparação com outros países em situações semelhantes...

A partir de 1 de Janeiro de 1977 será revisto e aumentado o salário mínimo de acordo com a situação em cada sector económico. O Governo fixará uma norma nacional estabelecendo os limites a observar nos aumentos salariais...» (discurso de 9.9.76 do Primeiro Ministro).

«Permitir a livre subida de salários não só tornaria inviável qualquer política anti-inflacionária, como agravaria as injustiças salariais e seria meramente ilusória a médio prazo para os próprios beneficiados, uma vez que a subida dos salários corresponderia idêntica ou maior subida de preços». (Nota do Ministério do Trabalho sobre o Decreto-Lei 34/79),

Contudo, no preâmbulo das respectivas leis raramente há uma referência à inflação, preferindo-se a alusão à «difícil situação económica em que o país se encontra», às «condições favoráveis ao relançamento da economia» e à «defesa da Economia Nacional».

Quer isto significar que nos defrontamos com um duplo significado da «política anti-inflacionista»:

a) **Ideológico** de desmobilização dos trabalhadores na luta contra o aumento do custo de vida — atribuindo a manutenção dos salários reais inelutáveis ou ligando as suas únicas possibilidades de aumento à aceitação das regras de jogo da organização e reprodução do capital —, de ruptura entre eles (produtor/consumidor) e pretexto de contenção dos salários reais;

b) **De política económica anti- crise** pela destruição de capital variável.

Esta duplicidade encontra ao nível da teoria económica algumas expressões unificadas.

## 2. BREVES PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA INFLAÇÃO

2.1 — Como é sabido os trabalhadores são simultaneamente produtores e consumidores. Esta duplicidade reflecte a especificidade da mercadoria força de trabalho, a diferença entre força de trabalho e trabalho, o carácter produtivo deste e a grande importância dos trabalhadores assalariados na unidade do ciclo do capital: a compra da força de trabalho é capital (variável) em  $D-M (F_1)$ , a realização do valor de uso daquela é indispensável à criação de valor novo em  $M...P...M' (M' > M)$ , e a massa de salários é importante contributo para a realização do capital-mercadoria em  $M'-D'$ .

A esta duplicidade dos trabalhadores e seus salários tem correspondido uma dupla forma de enquadrar estes na explicação da inflação reflectindo uma absolutização de apenas um dos parâmetros duma situação global indissolúvel, com as devidas cautelas para manter a análise na esfera da circulação: o trabalhador enquanto produtor é apenas considerado como um custo de produção. A dificuldade que cada uma das formulações apresenta na explicação da realidade, como verificaremos, é que tem provocado um sistemático recurso ao eclétismo que não surge como uma síntese criadora superadora dos dilemas teóricos.

Reduzindo-as, pois, à sua pureza podemos falar de uma teoria explicativa da inflação pela via da procura e de uma outra pela via dos custos.

Do afirmado fácil é concluir que a dualidade é una, mas tal não pode ofuscar a existência de divergências quantitativas que aquela reflecte: os trabalhadores são menos consumidores que produtores e as variações salariais enquanto produtores e enquanto consumidores são diversificadas e dessincronizadas.

Estes são aspectos importantes que a formulação política da inflação não deixa de ter em consideração.

### 2.2 — Explicação da inflação pela via da procura

Os modelos teóricos da inflação elaborados por esta corrente, apresentam hoje uma grande complexidade pelo elevado número de variáveis que envolvem, pelas expressões de evolução de cada uma daquelas, retiradas muitas

vezes de modelos econométricos, pelos expedientes de dinamização que incluem, cada vez mais, a integração das expectativas.

A esta complexidade corresponde, inevitavelmente, a especificidade relativa de vários conjuntos de modelos que se integram nesta corrente da teoria económica, mas existem, indubitavelmente, alguns pressupostos básicos. Serão eles que merecerão a nossa atenção de uma forma sintética.

I) Os preços formam-se no mercado e assim como as evoluções dos preços de cada mercadoria resultam das alterações da oferta e da procura no seu mercado, as modificações globais do conjunto dos preços, eventualmente a ritmos diferenciados, exprimem as alterações verificadas na procura global e na oferta global de bens e serviços numa determinada economia. Explicar as variações de preços numa economia é explicar as variações da oferta e, sobretudo, da procura — tratando-se duma análise conjuntural esta reage normalmente mais rapidamente aos seus elementos impulsionadores ou obstaculizadores e com maior amplitude, e actua ex-antes sobre a oferta.

Os principais elementos influenciadores da procura global são a quantidade de moeda e a distribuição do rendimento. Uma alteração na quantidade de moeda eferecida, influencia no mesmo sentido a procura agregada quer pelo aumento das disponibilidades monetárias nas mãos dos compradores, quer pela diminuição da taxa de juro (admitindo a invariabilidade ou menor reacção da preferência pela liquidez). Uma redistribuição do rendimento nacional que se traduza pela transferência de poder aquisitivo de uns extractos ou grupos sociais para outros com mais elevada propensão marginal ao consumo leva a um aumento da procura agregada.

O volume de emprego é influenciado pela procura agregada esperada.

Em síntese, se utilizarmos a função matemática não só para designar a existência duma relação unívoca, mas também uma relação de casualidade, podemos dizer que:

$$P = f(D, Z) \text{ com } D = g(M, R')$$

$$Z = v(N, e) \text{ e } N = \gamma(D) \quad \text{e} \quad \begin{aligned} f'_D &> 0; f'_Z < 0 \\ g'_M &> 0; g'_{R'} > 0 \\ v'_N &> 0 \\ \gamma' &> 0 \end{aligned}$$

em que  $P$  designa o nível geral de preços,  $D$  a procura global,  $Z$  a oferta global,  $M$  a massa monetária,  $R'$  a repartição dos rendimentos, e  $R'$  aumenta se o rendimento passa de um sector da população para outro de maior propensão ao consumo,  $N$  o volume de emprego e  $e$  a interferência de factores residuais. Normalmente, a análise tem que ser feita em termos diferenciais.

II) A moeda é um bem como qualquer outro, caracterizado pelas suas «qualidades materiais» que permitem a satisfação de determinadas necessidades aos seus possuidores. O que a distingue dos restantes bens é a sua maior liquidez.

É a exogeneidade da oferta de moeda, posição que se liga com o privilegiamento da moeda nacional da responsabilidade do Estado/Banco Central, que faz da moeda um instrumento de política económica com a relevância referida em I).

É a procura de moeda que está na base do accionamento do sistema monetário, para o que está numa posição privilegiada a moeda bancária, levando à admissão da endogeneidade da oferta de moeda.

O Estado é um regulador de quantidades de massa monetária e nunca está em causa a manutenção da sua qualidade.

III) Existem, pois, na economia um campo monetário e um campo real. O primeiro é constituído pela moeda, o segundo pelo conjunto dos restantes bens.

As variações na economia monetária são sempre controladas (dominadas) pelo aparelho político e podem ser bruscamente determinadas pelo Estado enquanto que as variações na economia real se processam na «produção» de bens e apresenta sempre uma maior rigidez.

Os pontos de encontro entre a economia monetária e a economia real podem ser vários (sempre escassos) mas é no mercado que elas se confrontam, sendo os preços a sua expressão.

Utilizando a simbologia anterior

$$\left. \begin{array}{l} \Delta M \\ \Delta R' \end{array} \right\} \Rightarrow \Delta D \text{ e } \Delta D (\text{Monetária}) > \Delta Z (\text{real}) \Rightarrow \Delta P: D (\text{mon.}) = Z (\text{mon.}) \\ (Z (\text{mon.}) = Z (\text{real}) \cdot P)$$

### 2.3 — Explicação da inflação pela via dos custos

Tal como a teoria anterior, a explicação da inflação pela via dos custos tem sido reelaborada com crescentes refinamentos, mas a tendência ao nível político é a de estereotipá-la, reduzi-la a um encadeamento de raciocínios cuja coerência interna é débil.

A análise da expressão política desta formulação teórica exige alguns cuidados particulares, mas será preferível começar por apresentar os fundamentos principais com o máximo de cientificidade que esta explicação permite, a saber:

I) Os preços de mercado das mercadorias são constituídos por duas componentes: custos de produção e lucro anormal. Os custos de produção são a soma de todas as despesas que os capitalistas têm que fazer para poderem produzir as suas mercadorias. Os custos de produção englobam o montante de capital-dinheiro avançado em máquinas e equipamentos, que corresponde ao seu

desgaste no processo produtivo, o valor das matérias-primas e produtos auxiliares, os salários e o lucro normal (remuneração do capital cabendo, pois, ao capitalista e correspondendo à taxa sobre os restantes custos de produção que aquele considera normal para compensar as suas desutilidades, os seus riscos, a sua forma particular de custo).

O lucro anormal resulta de eventuais subidas de preços de mercado em relação aos custos de produção, permitidas pelas condições de acesso ao mercado de certas empresas mas que a concorrência tende a eliminar.

Aplicando este modelo de formação dos preços a um bem ou serviço, a um sector ou ao conjunto da economia de um país, fácil é concluir que só pode servir para a explicação dum aumento generalizado de preços se se atribuir o elemento motor aos preços dos meios de produção importados, aos aumentos salariais ou aos lucros anormais. O facto da inflação se verificar em todo o mundo não socialista e o atrás afirmado sobre os lucros anormais levam a privilegiar os salários como elemento motor, embora os lucros não estejam afastados de algumas análises.

II) O rendimento social em termos monetários é determinado na circulação, isto é, a igualdade contabilística entre rendimento social e produto social é accionada pela primeira componente. Por outras palavras, os detentores de parcelas do rendimento social podem, no quadro de uma determinada correlação de forças, impôr variações exógenas no rendimento social: se os sindicatos impuserem aumentos salariais e preverem alterar a repartição de rendimentos e os capitalistas tentarem conseguir manter a sua participação no rendimento nacional, ou se os capitalistas procurarem aumentar a sua participação no rendimento nacional e os sindicatos tentarem manter as suas posições, verifica-se um aumento de preços.

Em síntese, utilizando a simbologia matemática:

$$P_j = (C_p + L_a)_j = (M_p + W + L)_j \quad \forall j$$

$$e \quad Y = \sum_j (W + L)_j$$

$$Y_t^M = W_t + L_t = (a_1 + a_2) Y_t^M \quad e \quad a_1^* = a_1 + e \quad e \quad a_2^* = a_2$$

$$\text{ou } a_2^* = a_2 + e \quad e \quad a_1^* = a_1$$

$$\text{implica } Y_{t+1}^M = (a_1^* + a_2^*) Y_t^M \Leftrightarrow Y_{t+1}^M = (1 + e) Y_t^M \quad \text{com } e > 0$$

$$P_t Y_t^R = Y_t^M \quad e \quad Y_{t+1}^R = Y_t^R \quad \text{implica } P_{t+1} = (1 + e) P_t$$

em que  $p_j$  é o preço do bem ou serviço do sector  $j$ ,  $C_p$  os custos de produção,  $M_p$  os custos com os meios de produção,  $L_a$  os lucros anormais,  $W$  os salários e  $L$  o total dos lucros, todas estas variáveis em termos monetários;  $P$  é o nível geral de preços,  $Y$  é o rendimento social, o índice  $t$  refere-se ao período,  $M$  à natureza «monetária» e  $R$  à natureza «real».

A expressão da teoria dos custos que parte de uma comparação entre a evolução dos salários nominais e a produtividade é uma formulação particular contida nos princípios atrás referidos: o modelo anterior é integralmente aplicável na diferença entre a taxa de aumento do salário nominal e a taxa de produtividade.

Convém, no entanto, referir que a formulação da teoria da inflação pelos custos é geralmente apresentada pelas entidades políticas de uma forma mais estereotipada, recorrendo a uma ou às duas posições seguintes:

- Existe uma cadeia tendencialmente infinita de aumento de salários e de aumento de preços em que uns influenciam os outros, mas dada a conveniência propagandística há que determinar onde se encontra o elemento motor — há que saber se «o que apareceu primeiro foi o ovo ou a galinha» — e este é atribuído ao aumento de salários;
- Os sucessivos aumentos de preços e de salários apresentam uma tendência divergente: não tendem para um ponto de equilíbrio.

## 2.4 — Pontos comuns e divergentes entre as duas interpretações da inflação

Embora os impactos das duas teorias sobre a política económica tenham parâmetros diferentes e deem lugar a práticas matizadas (o que não significa que sejam totalmente diferentes) as duas interpretações teóricas da inflação apresentam pontos essenciais em comum:

- Privilégio do mercado;
- dualismo económico: economia real e economia monetária e carácter primário desta no processo dinâmico alicerçado na exogeneidade da sua determinação.

Por outro lado, ambas as explicações localizam a causa da inflação na evolução de um determinado parâmetro económico cujo comportamento desequilibrante pode ser controlado politicamente com o estrito respeito pela estrutura económico-social vigente.

A passagem de uma teoria para a outra como sustentáculo de uma intervenção específica é, sobretudo, o resultado das dificuldades que a teoria da procura tem encontrado com a «inflação em crise» e com a crescente ausência de «ilusão monetária» nas classes trabalhadoras, de que são expressões as lutas de massas contra o aumento do custo de vida.

Este último aspecto remete para um dado histórico extremamente curioso: ambas as teorias em análise, e sobretudo a «via procura», têm muitas das suas raízes no keynesianismo — aliás, como a quase totalidade do pensamento económico oficial de conjuntura — e Keynes na sua obra fundamental, a «Teoria Geral», antecessora da sua exposição mais sistemática sobre a inflação — em «How to Pay the War?» — defende não o combate à inflação mas a sua pro-

moção como forma de reduzir os salários dos trabalhadores, isto é, pontenciar os lucros:

«...uma redução especial dos salários nominais é sempre vantajosa para um empreendedor... Por outro lado, ... a agitação operária poderá anular essa circunstância favorável. De facto, um movimento dos empregadores com vistas a uma redução dos salários nominais pela revisão dos contratos, encontrará resistência muito maior que a baixa gradual e automática dos salários reais como resultada da alta dos preços» (Keynes «Teoria Geral», Ed. Brasileira).

### 3. ALGUMAS APRECIACÕES CRÍTICAS SOBRE AS TEORIAS DA INFLAÇÃO

«A crença amada e voluntária é manancial de erros. Evitamos o erro fugindo de qualquer crença voluntária ou apaixonada, recusando-nos a todo o passo arbitrário do pensamento — por meio da dúvida. A dúvida nunca será em excesso porque o único momento em que é razoável abandoná-la é aquele em que se torna impossível mantê-la. O conhecimento perfeito é aquele que passou pela experiência da dúvida e dela triunfou definitivamente. Será, pois, necessário que a crítica se exerça, que apreenda tudo quanto dela necessitava, que vença tudo quanto cedera ao seu esforço, que encontre a rocha dura e invulnerável às suas armas» (Goblot, «Traité de Logique»).

Não é possível ficar pelas «evidências»

«O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade da diversidade» (Karl Marx «Introdução à Crítica da Economia Política»).

A insistência com que a inflação é atribuída ao «consumir-se demais» ou às «reivindicações irrealistas» dos trabalhadores não substitui uma criteriosa análise crítica que ressalte os aspectos positivos e negativos. A economia política como ciência social elabora-se na crítica interna e externa à teoria económica.

A difusão massiva de propaganda oficial ou oficiosa sobre a inflação tem conduzido a uma forte clivagem entre a aparência e a essência da problemática inflacionista, entretendo mesmo a passagem da essência à aparência e a ampliação do campo daquela.

Com as apreciações críticas seguintes, pretendemos analisar o grau de cientificidade das actuais políticas de rendimentos e preços generalizadamente adoptadas e obstaculizadoras das variações da massa salarial.

#### 3.1 — Alguma apreciações sobre a coerência interna

Não existem dúvidas que na prática quotidiana da gestão empresarial as perspectivas de venda — cada vez mais alicerçadas, em certos ramos e em

grandes empresas, em estudos de mercado — têm uma importância nas decisões individuais da quantidade de produção a promover. É certo que as receitas individuais podem ser parcialmente dispendidas em diferentes períodos e que as despesas monetárias em bens e serviços são a única via de monetarização da produção e, consequentemente, das receitas. Mas também é certo que a visão global do processo económico não pode ser uma mera generalização da actuação empresarial. As concorrências intrasectorial e intersectorial nacionais e internacionais, o movimento global do capital são contraditórios e, assim sendo, este não pode ser entendido como um mero somatório dos capitais individuais.

Para haver despesas tem que existir uma determinada repartição do rendimento em determinados montantes. Estes montantes estão globalmente estabelecidos pela quantidade de valor criado, o qual só se pode processar na produção — uma análise particular do problema partindo dos móis empresariais chegaria a esta mesma conclusão.

A repartição do rendimento também resulta das condições estruturais em que se processa a produção e as actividades complementares: da propriedade dos meios de produção e dos bens e serviços produzidos, da evolução tecnológica e estratificação profissional da mão-de-obra, da partilha entre actividades produtivas (criadoras de valor novo) e actividades improdutivas, etc..

Por outras palavras, estruturalmente a despesa é determinada pela produção, pela oferta na linguagem adoptada pelos teóricos dessas correntes, o que corresponde a uma elementar prioridade lógica, verificada historicamente: só se pode ceder a outrém o que previamente foi produzido.

Temos assim que a despesa é estruturalmente determinada pela oferta enquanto que conjunturalmente a oferta seria determinada pela procura. Contudo, a diferença de temporização das duas relações não é significativa a partir do momento em que é claro que a inflação não é um fenómeno exclusivo da «alta conjuntura», mas um fenómeno permanente.

O esquema de raciocínio da teoria explicativa da inflação pela via da procura aparece, assim, ou invertida ou encerrada num círculo vicioso ao nível da determinação de preços globais. É a expressão da ausência de uma teoria de valor coerentemente elaborada. É por isso que a teoria consegue explicar variações de preços mas não consegue explicar níveis de preços num determinado momento, a não ser por um somatório de variações de preços sem ponto de partida.

Mais, as variações de preços são determinadas pelas variações da oferta e da procura, segundo as teorias em análise, mas são as variações daqueles que determinam o novo ponto de equilíbrio.

O mesmo tipo de problemas ressaltam da análise da teoria dos custos mesmo quando expressa na sua maior cientificidade: os aumentos de preços

dos bens e serviços são explicados pelos aumentos de preços dos bens e serviços importados, pelos aumentos de preços dos bens e serviços produzidos pelas empresas nacionais (que conduzem ao aumento de lucros) e pelos aumentos de preços da força de trabalho. Por outras palavras, o aumento de preços é explicado pelo aumento de preços.

### 3.2 — Aspectos da adequação à realidade

A análise crítica do grau de adequação das teorias da procura e dos custos à realidade tem que partir duma interpretação teórica. É grande a importância dos estudos econométricos mas nunca se poderá identificar relações de simultaneidade com relações de causalidade, mesmo admitindo, o que não é sempre verdade, como veremos, uma estreita relação entre duas variáveis:

«Os estudos econométricos determinam uma forte associação entre as variações de salários e as variações de preços. Esta associação pode indicar que  $\dot{W}=f(\dot{P})$  ou que  $\dot{P}=g(\dot{W})$  ou que  $(\dot{W}, \dot{P})=m(g)$ , em que  $g$  é uma terceira variável e a correcta identificação da associação depende da precepção directa das linhas de casualidade e duma correcta interpretação teórica» (Trevithick e Malvey, «Economics of Inflation». O  $(\cdot)$  explicita que é uma «taxa de variação»).

poder-se-ia mesmo afirmar que a adopção do eclétismo — explicando a inflação em cada período por causas específicas integráveis numa ou outra teoria conforme os dados — seria uma forma de identificar os dois referidos conceitos.

E é essa a razão por que começamos por uma análise no estrito campo das ciências sociais no estudo da adequação à realidade, exigindo particular meditação os seguintes aspectos:

- Dicotomização da economia em «real» e «monetária».
- Natureza do Estado e exogeneidade da moeda em relação à economia.
- Exogeneidade das variações de rendimento.

#### a) Dicotomização em «real» e «monetária»

Uma apreciação histórica da economia revela com muita clareza que não existem mercadorias, por um lado, e moeda, por outro, dois campos de contactos acidentais ou fortuitos.

A moeda surge espontaneamente com o aparecimento e desenvolvimento da economia mercantil, isto é, com a existência de produtos vendidos a outrém, com a existência de uma contradição social entre o valor de uso das mercadorias e o seu valor: o produtor/vendedor das mercadorias não tem interesse por elas enquanto capazes de satisfazer uma necessidade humana, elas só lhe interessam enquanto possuidoras de uma determinada quantidade de valor tro-

cável no mercado por uma quantidade equivalente; o comprador das mercadorias adquire-as, não porque esteja interessado no seu valor — antes pelo contrário, este representa a sua «desutilidade» — mas pretende usufruir da satisfação de necessidades que aquelas propiciam.

Em síntese, existe moeda porque existem mercadorias, porque existe uma divisão social do trabalho com produtores independentes.

Por outro lado, a categoria económica «mercadoria», não surge no processo de produção (entendido em sentido estrito). Os bens produzidos para auto-consumo têm utilidade mas não são objecto da economia política, são irrelevantes, para nos restringirmos ao caso em estudo, para a análise do processo inflacionista. São bens mas não são mercadorias. Estas só surgem com a articulação produção/circulação. Só então assumem o carácter social (útil para outrem inserido no sector X e na região Y mas indeterminado à partida e trocável por igual valor). Por outras palavras, só existe mercadoria se além da produção existir realização, isto é, se o bem produzido for quantificado em moeda, se se trocar por moeda. Só neste momento se verifica a validação social da mercadoria, o reconhecimento social de que o esforço dispendido no processo de produção pelo produtor independente era socialmente necessário.

Em síntese:

«Moeda e mercadoria são os dois polos complementares e antagónicos das trocas de equivalentes» (S. de Brunhoff, «Oferta de Moeda»).

Ora, sendo o actual sistema social em que vivemos a fase histórica mais avançada da sociedade mercantil existem todas as condições para uma mais intensa aglutinação das duas faces de uma mesma realidade: mercadoria/moeda.

O desenvolvimento do crédito, dando lugar a uma nova forma de moeda e a mercados específicos (de capital-dinheiro) aparentemente autónomos não quebra a unidade anteriormente referida — apenas lhe introduz aspectos novos.

Todas estas situações surgem muito claramente na prática quotidiana dos negócios. Todos estes aspectos são simpista e estereotipadamente recordados em qualquer livro de iniciação à economia ao afirmar que «é necessário encontrar uma unidade de medida comum para produtos fisicamente diferentes» e ao reconhecer que a moeda é o elemento unificador.

Os produtos não chegam ao mercado sem preço. Os preços das mercadorias são fixados anteriormente à chegada ao mercado. Estas são comparadas idealmente a uma determinada quantidade de moeda que preenche a função de padrão de preços. Não é no mercado que se confrontam o «real» e o «monetário». É na ida ao mercado que o «real» e o «monetário» são categorias económicas, manifestando-se a sua indissolubilidade.

No mercado só há o «ponto de encontro da oferta e da procura». O registo das operações mercantis começa pela fixação do preço, particularmente nas agregações macro-económicas. Em termos de contabilidade nacional o «real» corresponde ao «deflacionamento», isto é, a determinação do «real» é posterior à determinação do preço, enquanto que a lógica da dicotomização da economia em real e monetária pressupõe a ordem inversa.

#### b) Natureza do Estado e exogeneidade da moeda em relação à economia

O privilegiamento da endogeneidade da moeda, a que corresponde a importância particular da moeda bancária, não impede o aparecimento, em última instância, da exogeneidade da moeda ligada à oferta.

Este fenómeno, mesmo em autores que são acérrimos defensores do primado da iniciativa privada e que reconhecem a sua primazia na dinâmica social, resulta da inevitabilidade de uma «oferta de moeda» que se contraponha à «procura», resulta da experiência quotidiana de uma certa capacidade de intervenção do Estado através dos instrumentos de «política monetária» e resulta, sobretudo, de uma relação objectiva que não pode ser escamoteada: a reprodução da moeda como equivalente geral, a manutenção da qualidade de moeda, é a continuação da articulação das diversas formas de moeda.

É neste quadro que especificamente se insere a intervenção do Estado já não pontual, embora sistemática, sobre a moeda — relação social de produção na esfera da circulação que garante a socialização da produção — e a força de trabalho — mercadoria caracterizadora da relação social de produção capitalista — mas sobre a globalidade do movimento do capital.

Dispensamo-nos de um estudo sobre a natureza do Estado, mas existe uma questão que é necessário reter: se o Estado actua para garantir a reprodução do capital — indissociável da acumulação — a sua «política económica», nomeadamente a sua «política monetária», não é exterior ao movimento social.

É certo que muitas decisões estatais são contra os interesses imediatos de camadas capitalistas mas tal apenas reflecte dois aspectos: 1) O Estado é uma relação de classes sociais numa determinada correlação de forças; 2) A imanência do Estado, base de uma gestão económica do capital, reflecte as contradições secundárias entre as fracções do capital impulsionadoras de tensões, reflecte, embora eventualmente de forma indirecta, as contradições sociais e exige a utilização de sanções para a manutenção do essencial.

Da articulação entre as diversas formas de moeda, da necessidade do Estado garantir a moeda nacional, da inserção do Estado nas próprias relações sociais de produção apenas se pode concluir a indissolubilidade entre o movimento social e a criação da moeda.

#### c) Exogeneidade das variações de rendimento

Bastaria atendermos às objecções anteriormente colocadas sob a prioridade do mercado para termos um conjunto de interrogações a colocar quanto à exogeneidade das variações do rendimento. Com efeito, admitir a possibilidade do capital aumentar os preços independentemente da variação das componentes dos custos, e dos trabalhadores, mesmo organizados nos sindicatos, poderem aumentar os salários considerando as outras variáveis como invariáveis, é considerar que os preços são fixados no mercado sem qualquer determinação na produção, é aceitar a inexistência dum valor como categoria fundamental prévia. E, se assim fosse, não se compreenderia que não «tendessem para infinito»: as próprias limitações a essa «tendência» criadas pelas «possibilidades de venda» reflectem a estrutura da produção e da repartição dos rendimentos.

É inegável que as empresas e os sindicatos têm uma certa capacidade de manobra, particularmente se tiverem grande importância no contexto nacional e sectorial, mas tal facto não autoriza admitirmos que têm capacidade de funcionamento alheio às leis objectivas da economia. O facto da lei do valor se manifestar de forma específica pela lei fundamental do capitalismo, que considera a integração da força do trabalho entre as mercadorias, torna indissociável o funcionamento da lei do valor da luta de classes, mas o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução das mercadorias encontra-se na base do movimento. A luta de classes retarda ou acelera o funcionamento da lei do valor, pode criar desajustamentos temporais mas nunca pode ser elemento de permanente «ruptura de equilíbrios».

A célebre curva de Philips, apontando uma descida da taxa de variação dos salários monetários quando aumenta a taxa de desemprego, reflecte, num determinado período, as condicionantes globais das variações dos salários e opõe-se também à exogeneidade das variações do rendimento.

Os preços de produção são um metamorfoseamento do valor e a sua oscilação, de acordo com a massa global do valor, relaciona-se com um conjunto complexo de variáveis, tais como a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital, a rotação do capital, a taxa de lucro. É salutar pensar que

«As consequências do aumento de 25 % do salário foram pois:

- 1) Para um capital de composição social média, o preço de produção da mercadoria manteve-se constante;
- 2) Para um capital de composição inferior, o preço de produção da mercadoria subiu, embora o seu aumento não se tivesse feito na mesma proporção que a diminuição do lucro;
- 3) Para um capital de composição superior, o preço de produção da mercadoria baixou, embora também aqui esta

baixa não se tivesse feito na mesma proporção que a do lucro.» (Karl Marx, «O Capital»).

facilmente comprovável formalmente

$$\begin{cases} Pp_i = (CC_i + CV_i) tr + (M/CC + CV) (CC_i + CV) av \forall i \\ \sum Pp_i = \sum V_i \end{cases}$$

$$\begin{cases} \frac{K_i + 1}{K + 1} \times \frac{CV_i}{CV} \times T = Pp_i \\ \sum Pp_i = \sum V_i \end{cases}$$

em que Pp=preço de produção; CC=capital constante; CV=capital variável; M=mais-valia; V=valor; K=composição orgânica do capital; T=a massa total de valor criado e avançado na sociedade. i=sector; tr=transferido; av=avançado.

Admitindo um aumento geral de salários (novos salários=lw antigos salários) chegamos a

$$Z = \frac{(yk_i + 1)(k + 1)}{(yk + 1)(k_i + 1)} \text{ com } y = \frac{1}{lw} \text{ e } lw > 1$$

que mede a relação entre o novo e o antigo preço da produção.

Como

$$\frac{dz}{dy} = \frac{A(k_i - k)}{B} \text{ com } A > 0 \text{ e } B > 0$$

pelo que  $+\Delta lw \Rightarrow -\Delta y$  e Z cresce com y se  $k_i > k$

Z mantém-se constante se  $k_i = k$

Z decresce quando y cresce se  $k_i < k$ .

É certo que este resultado exige certas hipóteses simplificadoras — diminuição da composição orgânica do capital e taxa de mais-valia —, sendo admissíveis outras com resultados idênticos, mas o que é fundamental é verificar que a análise científica nega a aparência da relação simplista entre salários e preços.

### 3.3 — Rápida miragem da realidade portuguesa

A experiência social portuguesa é de uma profunda riqueza de ensinamentos. A sucessiva alternância de alterações nas relações sociais de produção, na natureza do Estado, na correlação de forças das classes sociais, na dinâmica do funcionamento económico e das políticas preconizadas e executadas permite,

apesar do breve período, medir o grau de validade, pelo menos para a sociedade portuguesa, de muitas elaborações teóricas e de muitas políticas.

Mesmo uma rápida análise ao período anterior ao 25 de Abril mostra a fraqueza da explicação do aumento de preços pelo aumento de salários: para o ajustamento entre as taxas de variação dos preços implícitos no P.N.Bpm e as taxas de variação anuais médias dos salários da indústria e transporte ( $\dot{p} = a_0 + a_1 \dot{w}$ ) nos anos 1962/1973 há um coeficiente de determinação de 43%; para o ajustamento entre p, w e as taxas de variação da produtividade de trabalho Pt ( $\dot{p} = a_0 + a_1 \dot{w} + a_2 \dot{p}_t$ ) para os anos de 1965/73 há coeficiente de determinação de 37%, sendo igualmente de salientar o valor positivo de  $a_2$ .

Contudo, essa fraqueza é muito mais clara no período de transformação revolucionária da sociedade portuguesa em que se notam claras tendências de evolução em sentido inverso:

|      |   | Variação dos preços<br>implícita na despesa<br>final total | Variação do salário<br>médio total anual |
|------|---|------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| 1975 | — | 15,1                                                       | 33,6                                     |
| 1976 | — | 14,2                                                       | 18,4                                     |
| 1977 | — | 27,9                                                       | 16,1                                     |
| 1978 | — | 21,7                                                       | 18,2                                     |
|      |   | ( $\dot{p}$ )                                              | ( $\dot{w}$ )                            |

Fonte: 1.ª versão do «Plano para 1979» apresentado pelo Governo que tentou fazer o D. L. de limite de 18% do  $\dot{w}$ .

o que implica  $\dot{p} = 29,6 - 0,457 \dot{w}$   $R^2 = 0,33$ .

Mais, atendendo ao salário real e não ao salário nominal verifica-se que desde 1977 existe uma diminuição do salário e uma aceleração do aumento de preços. Não será um absurdo verificar que desde 1977 tem diminuído o poder de compra dos trabalhadores, tem diminuído o encargo relativo das empresas com salários e continua a afirmar-se que os salários são os responsáveis pela inflação?

### 3.4 — Uma nota final

Como afirmamos frequentemente o eclectismo teórico face à inflação tem sido muitas vezes a solução encontrada:

«Constata-se que no nosso país (no período de 1965/73) a subida dos preços tem resultado de causas de natureza diversa — incluindo umas

ao nível da formação dos preços, outras provocando acréscimos de procura; e outras, ainda, sobre a capacidade de resposta da oferta» (de «Algumas Causas da Inflação», Maria Madalena Ramalho).

Não se trata apenas de reconhecer a complexidade do processo inflacionista ou procurar articular as diversas teorias vulgares naquilo que apresentam de comum. É antes o reconhecimento da incapacidade de qualquer das teorias vulgares explicar a inflação.

Também aqui se manifesta que

«O principal defeito metodológico do eclectismo consiste na sua incapacidade para delimitar, no conjunto dos nexos e relações do mundo objectivo, os laços fundamentais do objecto, do fenómeno, relativamente ao meio que o circunda num dado momento; consiste em unir mecânicamente as diversas partes e propriedades dos objectos ou fenómenos. Na esfera da actividade prática e da política, o eclectismo conduz a falhas e erros, dado que impede que se encontre o elo principal na cadeia de acontecimentos...» (Dicionário filosófico, Rosental).

#### 4. CONCLUSÃO

Existe no Século XX, sobretudo na segunda metade, um aumento geral, sistemático e diferenciado de preços, causador de profundas tensões sociais, contributo para a agudização das contradições sociais do capitalismo. Contudo, essas tensões sociais são complexas, com graus de aquidade e direcções de ataque muito diferentes: a inflação é globalmente desvantajosa para os trabalhadores assalariados e é globalmente vantajosa para largos extractos do capital. Foram os próprios «mecanismos» de funcionamento da lei da mais-valia no quadro da concentração e centralização do capital, do decrescimento tendencial da taxa de lucro e da dualidade dinheiro/capital-dinheiro que produziram a inflação, forma particular de manifestação da lei do valor no quadro da generalização da pseudo-validação social das mercadorias (ante validação das mercadorias através do crédito num sistema monetário em que a sanção da reprodução do equivalente geral recai privilegiadamente sobre a moeda nacional).

A chamada «política anti-inflacionista» é a situação de compromisso entre interesses antagónicos ou contrários numa dada correlação de forças sociais. Os sectores da burguesia no poder procuram atenuar a luta dos trabalhadores, iludindo-os com uma política designada de anti-inflacionista, preferencialmente utilizada como política anti- crise — crise sistemática do sistema agudizada nas crises conjunturais — e de tentativa de divisão dos trabalhadores pela sua responsabilização.

#### O Estado do capital

«em lugar de ver na inflação um dos efeitos das contradições do seu próprio domínio económico e político, induzido por necessidades ilimitadas de financiamento destinado a aumentar o lucro transgredindo tanto quanto é possível as leis do valor, o capitalismo tem necessidade de apresentar a inflação como um mal de origem alheia ao seu funcionamento normal» (S. Brunhof, «Política Monetária»).

Existe um agudo problema económico-social designável por inflação, mas não é isso que está na base, objectivamente, das limitações legais à contratação colectiva. Aqui encontramos «a inflação como noção dependente da ideologia», correspondendo a uma política capitalista real.

Por outras palavras, a limitação dos aumentos salariais não resolve o problema social que é a inflação.

Carlos Pimenta